

Revolução Capitalista e Desenvolvimento

Luiz Carlos Bresser-Pereira

São Paulo, Escola de Economia de São Paulo da
Fundação Getúlio Vargas, janeiro de 2019.

Abstract. The Capitalist Revolution was the period of the transition from the ancient societies to capitalism; it was a long transition that began in North Italy, in the 14th century, and for the first time got completed in England, in the second part of the 18th century, with the formation of the nation state and the Industrial Revolution; it is a major rupture, divided the history of mankind between a period where empires or civilizations prospered and fell into decadence and disappeared, to a period of ingrained economic development and long-term improvement of standards of living. Four historical types of industrial revolutions lead to corresponding forms of capitalist development: central original, central late, peripheric independent, and peripheric-independent. With the industrial revolution in each country begins economic development, which tends to be a virtuous cycle, which assures continuous growth, but only independent peripheric countries as the East Asian countries reach to catch up and turn rich countries.

Key words: capitalism, national revolution, nation-state, industrial revolution

JEL classification: P1, O1

A Revolução Capitalista transformou o mundo de forma completa e definitiva. Paul Valéry, escrevendo em 1945, percebeu essa imensa mudança que ele define pela oposição entre um mundo desordenado de florescimentos e impulsos e um mundo bem determinado, interligado e finito (que é o da modernidade). Nas palavras do grande poeta:

Neste ponto de minhas reflexões me parece que toda a aventura humana até nós deveria se dividir em duas fases bem diferentes. A primeira é comparável a tentativas desordenadas, a avanços e recuos em um meio informe, a florescimentos e a impulsos no ilimitado que é a história da criança no caos de suas primeiras experiências. Mas uma certa ordem se instala, uma nova ordem começa. As ações em um meio finito, bem determinado e claramente delimitado, ricamente e poderosamente interligado, não têm mais as mesmas características e as mesmas consequências que elas tinham em um mundo informe e indefinido. (1945: 20)

Se pensarmos a história como uma grande narrativa, ela só ganha sentido se for vista em termos de fases ou de estágios intermediados por crises e revoluções – estas entendidas não como revoluções políticas, mas como transformações estruturais da sociedade. Para entendermos o capitalismo e sua lógica é preciso compará-lo com o tipo de organização econômica e social que o precedeu, e analisar o papel da revolução capitalista na transição de um para outro tipo de sociedade. A periodização da história começou com Joan Batista Vico, foi central para o Iluminismo, passou por Kant e por Herder, chegou a Hegel e a Conte, e afinal encontrou uma expressão clássica em Marx e nas suas conhecidas fases da história: o comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo, o socialismo e o comunismo. Até à fase capitalista podemos criticar o excessivo grau de abstração de sua análise mas há nela um acerto básico.

Marx classificava os modos de produção de acordo com seu grau de desenvolvimento tecnológico e com a complexidade de suas relações de produção. Nesse sentido, modos de produção mais avançados representam um estágio superior em relação ao outro, estão crescentemente afastados das comunidades primitivas. O perigo que apresenta esta periodização como todas as demais é o de levar analistas apressados a imaginar de que se trata de um modelo universal e necessário de desenvolvimento, de forma que todos os países do mundo deverão passar necessariamente pelas mesmas etapas. Isto não é verdade porque nos países retardatários as fases do desenvolvimento capitalista se sobrepõem, e porque esses países contam com uma vantagem (podem copiar a tecnologia dos primeiros) e enfrentam um obstáculo novo: o imperialismo moderno dos países que realizaram sua revolução capitalista originalmente.

A Revolução Capitalista

Marx fez duas grandes contribuições para a compreensão da história: uma, foi metodológica – o materialismo histórico – a teoria que vê a história como uma relação dialética entre a infra e a superestrutura, ou, como prefiro ver, entre três instâncias sociais: a econômica e social, a institucional, e a cultural ou ideológica. A outra, foi sua análise da revolução capitalista e da lógica do capitalismo. Ninguém fez uma análise tão completa e tão esclarecedora da natureza e da dinâmica dessa revolução e do tipo de sociedade que ela estava produzindo – o capitalismo clássico – como aquela que ele realizou. Marx dividiu a história em vários modos de produção, e supôs que as mudanças de estágios ocorressem através de revoluções, mas, a rigor, só existiram *duas* grandes revoluções: a primeira é a da invenção da agricultura, em torno do século XII antes de Cristo, que levou os povos nômades que viviam da coleta e da caça a se transformarem em povos agricultores; gradualmente produz-se então um excedente econômico (a produção que excede o consumo necessário), que permite o surgimento dos grandes impérios e civilizações da antiguidade. A segunda é a Revolução Capitalista que dividiu a história em duas grandes fases: uma primeira fase pré-capitalista que abrange tanto as comunidades primitivas, quanto os impérios antigos escravistas, o feudalismo, e as sociedades aristocráticas letradas do absolutismo, e uma segunda fase capitalista.

A revolução capitalista foi o período de transição para o capitalismo – um período longo, que começou no norte da Itália, e partir do século XIV, e pela primeira vez “se completou” na Inglaterra, no final do século XVIII, com a formação do estado-nação e a Revolução Industrial. Foi a transformação fundamental da história humana, o momento em que a *coordenação social* deixa de ser realizada pela tradição e pela religião para ser pelo Estado e pelo mercado. No plano econômico, foi o tempo do mercantilismo, da acumulação originária de capital, da revolução industrial, e do surgimento mercado moderno; foi o momento no qual a acumulação de capital, o lucro, os salários, e o desenvolvimento econômico passaram a caracterizar a vida econômica. No plano social, foi o momento de duas novas classes sociais: a burguesia e a classe trabalhadora. No plano político, foi o momento do Estado absoluto, da formação dos estado-nação que iriam, aos poucos, cobrir toda a terra, da revolução de Cromwell e da Revolução Gloriosa, na Inglaterra, da Independência americana, e da Revolução Francesa. No plano cultural, foi o tempo da Renascença, da Reforma, e do Iluminismo; foi o tempo do racionalismo cartesiano, do empirismo inglês, do idealismo alemão, da ideologia nacionalista e da ideologia liberal.

A partir do momento em a Revolução Capitalista ocorreu nos países mais avançados, ela se torna dominante no mundo. O capital substitui a terra no papel de fator

estratégico de produção, o trabalho assalariado substitui a escravidão e a servidão, a *coordenação* econômica deixa de ser realizada pela religião e pelo Estado antigo, para ser realizada pelo mercado e pelo Estado moderno; o comando do Estado passa da oligarquia de militares e sacerdotes para a burguesia, inicialmente, associada a uma aristocracia decadente, mais tarde, associada a uma classe gerencial crescente; o poder sobre o Estado deixa de ser o resultado de uma luta interna entre setores e pessoas da oligarquia resolvidos pela violência para ser uma luta política regulada por um Estado primeiramente apenas constitucional e de direito, e mais tarde, democrático; o poder econômico deixa de depender do controle do Estado para depender da propriedade do capital e da capacidade empresarial; a luta de classes passa a ser a forma através da qual os trabalhadores assalariados buscam aumentar sua participação na renda no quadro da sociedade civil, enquanto a política passa a ser a forma através da qual as classes sociais formam coalizões ou estabelecem compromissos no quadro da nação.

O Estado que Marx conheceu – o Estado liberal e nacionalista do século XIX – era, sob muitos aspectos, “o comitê executivo da burguesia”. No século XX já não é mais. Na virada do século XIX para o XX, os países mais avançados participaram da Revolução Democrática. No pós Segunda Guerra Mundial, o Estado voltou a ser desenvolvimentista como fora no mercantilismo, mas torna-se então um Estado democrático e social. O aparelho do Estado e sua ordem jurídica não são mais um simples instrumento das classes dirigentes; são também instrumentos de emancipação social.¹ Nas sociedade capitalistas atuais, passa a caber ao Estado e a seu governo, em cada momento, estabelecer o delicado equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a distribuição de renda, entre lucros e salários, entre investimentos e despesas sociais. São alternativas não excludentes, que muitas vezes se somam, mas que, com a mesma frequência, se opõem.

Revolução Comercial

Podemos ver na revolução capitalista três sub-revoluções: a comercial, a nacional e a industrial. A Revolução Comercial abrangeu na Europa o longo período que vai do surgimento da burguesia do século XIII até as grandes navegações e a formação do que Immanuel Wallerstein (1974) chamou o “sistema-mundo”; é o tempo do capitalismo mercantil, no qual o lucro já está claro como o objetivo da burguesia, mas este pode ser obtido através de diversas formas monopolistas, seja as do “comércio de longa distância” ou então do privilégios garantidos pelos monarcas absolutos à burguesia mercantil em troca do pagamento de impostos.

Para que revolução capitalista pudesse se desencadear no final da Idade Média foi necessário que primeiro houvesse uma transformação fundamental da tecnologia agrícola na Europa. Até o século XI a agricultura estava limitada quase exclusivamente a terras de aluvião; foi o uso de arados com lâminas de ferro e outras ferramentas capazes de cortar terras duras que viabilizou a exploração das terras altas e férteis da Europa (David Landes 1999: 41). Só graças a esse progresso técnico decisivo foi possível produzir o excedente econômico necessário para que trabalhadores pudessem ser transferidos para o comércio e a indústria – e também para que pudessem ser construídas as grandes catedrais góticas, quase todas datadas do século XII. E foi possível, alguns séculos mais tarde, passar das cidades-Estado para os estados-nação como forma de organização político-territorial própria do capitalismo.

Na fase do capitalismo mercantil as cidades-Estado foram a base do comércio de longa distância – um comércio com base em camelos, mulas e navios a vela que só

viabilizava o compra e venda de especiarias, metais preciosos e outros bens de luxo. Os antigos comerciantes acumulavam capital e realizavam lucros monopolistas no mercado de longa distância, mas a riqueza que daí provinha era eminentemente instável. Em seguida eles começam a investir em manufaturas, mas seu investimento era ainda limitado; a produção continuava a se organizar de forma tradicional, e os mercados a serem ainda essencialmente de longa distância. As cidades-Estado continuavam a ser a base desse comércio.

Adam Smith criticou fortemente o sistema mercantilista e os economistas mercantilistas que fundaram a teoria econômica, mas é indiscutível o êxito dessa fase fundadora do capitalismo. E seu caráter desenvolvimentista porque nela havia uma coalizão de classes desenvolvimentista formada, de um lado, pelo monarca absoluto e sua corte patrimonial (que vivia do orçamento ou patrimônio do Estado), e, do outro, a grande burguesia mercantil que recebia monopólios do monarca em luta contra os senhores feudais. Foi nela que aconteceram a revolução nacional e a revolução industrial na Inglaterra, na Bélgica e na França. *A Riqueza das Nações* foi publicada em 1776, mas só em 1846, quando afinal a Grã-Bretanha abriu seu comércio, suas ideias liberais passaram a ser postas em prática.

Revolução nacional

O quadro muda quando, no século XVII, o mercantilismo chega ao auge, e tem início a primeira condição para a Revolução Capitalista, a revolução nacional ou formação do estado-nação. O país ou estado-nação é forma de sociedade político-territorial própria do capitalismo, enquanto os impérios clássicos o eram essa forma nas sociedades pré-capitalistas letradas. Para Ernest Gellner (1993) nas “sociedades agrárias letradas”, a oligarquia agrário-militar dominante constrói impérios mas não tem interesses em impor sua cultura superior às colônias, cuja função é pagar impostos. Já o estado-nação é movido pela ideia do desenvolvimento econômico e competição econômica entre as nações, e, para isso, integra toda a população na sua cultura superior.

Esta segunda mudança fundamental, tem início na Europa no século XVII, e os tratados de Vestefália (1648) são o marco geralmente utilizado para iniciá-la. Durante um século e meio, entre aproximadamente 1750 e 1900, formaram-se os primeiros países ricos na Europa e nos Estados Unidos. Neste período, a burguesia dominante é ao mesmo tempo liberal e nacionalista ou desenvolvimentista, combinando intervenção do Estado na economia com o papel crescente do mercado na alocação dos fatores de produção. Temos, então, a primeira coalizão de classes desenvolvimentista, formada, de um lado, pelo monarca e sua corte, e, de outro lado, pela burguesia mercantil em plena ascensão; o adversário eram os senhores feudais. A burguesia pagava impostos e financiava as guerras comandadas pelo monarca, através das quais as fronteiras dos estados-nação foram definidas, e formou-se, na Inglaterra e na França – os dois primeiros estados-nação - o mercado interno seguro que era necessário para que, em um segundo momento, houvesse a industrialização. Conforme assinalou Charles Tilly (1975) o financiamento das guerras pela burguesia foi essencial para a formação do estado moderno.

Fases do capitalismo

Se pensarmos a história como uma narrativa, ela só ganha sentido se for vista em termos

de fases ou de estágios. Há, porém, muitas maneiras de definirmos as fases do capitalismo. As periodizações são sempre relativas, mas para quem adota o método histórico, elas ajudam o pensamento, desde que sejam vistas de maneira aberta e flexível. Giovanni Arrighi (1994: 6), por exemplo, dividiu a história do capitalismo em quatro grandes ciclos sistêmicos de acumulação: o ciclo genovês, do século XV ao início do século XVI; o ciclo holandês, do fim do século XVI até meados do século XVIII; o ciclo inglês, da última metade do século XVIII até o início do século XX; e o ciclo americano, durante o século XX.

No Quadro apresento a periodização do capitalismo que me parece mais interessante. Tomo como referência o Reino Unido e a França que passaram por todas as fases. Tenho como critério as coalizões de classe dominantes. As três revoluções que acabei de brevemente discutir marcam as fases até a Revolução Capitalista se completar. O capitalismo começa como um capitalismo de mercadores nas cidades-estado do Norte da Itália do século XII. Já está ocorrendo então a revolução comercial que coincide com essa fase e com a seguinte – a do capitalismo mercantilista e patrimonial, caracterizado pela associação do monarca e sua corte patrimonial. Passa pela revolução nacional e a revolução industrial e se torna um capitalismo de empresários ou um capitalismo liberal. Completada a Revolução Capitalista, temos ainda três revoluções que não são discutidas aqui: a Revolução Democrática, que abre espaço para a participação dos trabalhadores e das classes médias assalariadas; a revolução organizacional, que reflete a passagem da produção das famílias para corporações burocráticas e a substituição dos dos empresários pelos gerentes na *gestão* das empresas, transformando, assim, a sociedade em um capitalismo dos gerentes. Finalmente, a partir de uma crise relativa nos anos 1970, torna-se um capitalismo neoliberal, financeiro-rentista, no qual os capitalistas rentistas, herdeiros e especuladores, substituem os empresários na *propriedade* das empresas, enquanto se associam aos financistas, brilhantes tecnoburocratas que formados nos MBAs e nos PhDs das melhores universidades, administram a riqueza os rentistas e servem como seus intelectuais orgânicos.

Periodização do capitalismo

Dates	Revoluções	Fases
Sec XII to XV	Revolução Comercial	Capitalismo dos Mercadores
Sec XVI to XVIII	Revolução Comercial e Revolução Nacional	Capitalismo Patrimonial-Mercantilista
1750-1815	Revolução Industrial	
1815 – 1929		Capitalismo dos Empresários
1900-1930	Revolução Organizacional e Revolução Democrática	
1930s – 1980		Capitalismo dos Gerentes
1980 – 2008	Revolução Digital, Financeirização e Globalização	Capitalismo Financeiro-Rentista e Neoliberal
Desde 2008	Crise	

Quatro tipos de revolução industrial

O papel econômico do Estado nas economias capitalistas é sempre muito grande durante a formação dos estados-nação e a revolução industrial. Todas as revoluções capitalistas no centro do capitalismo – não apenas as originais, como foi o caso da Inglaterra, da França, como nas retardatárias, mas ainda no século XIX, como na Alemanha e nos Estados Unidos – foram comandadas por coalizões desenvolvimentistas. E o mesmo ocorreu nos países da periferia do capitalismo, como a Coreia do Sul, o Brasil e o México, que tiveram que enfrentar o imperialismo do Oeste para se industrializarem. Em todos os países, o Estado moderno é o principal agente de ação coletiva da nação.

Em cada estado-nação que se forma, a revolução industrial completa a revolução capitalista. É um processo de transformação radical da economia apoiado no desenvolvimento da tecnologia e na emergência de uma burguesia racional visando o lucro. É, na linguagem de Walt Whitman Rostow (1960) o momento de decolagem de um economia nacional. O primeiro povo a se transformar em estado-nação e se industrializar foi a Inglaterra. Quando escrevo Revolução Industrial com maiúscula estou me referindo à revolução industrial inglesa. A revolução industrial, cuja duração é de cerca de 50, é o período mais visível e mais estratégico da revolução capitalista. São anos no qual a transformação de uma sociedade agrária em uma sociedade industrial se acelera e a incorporação de progresso técnico na produção passa a ser uma condição de sobrevivência das empresas. Quando essa transformação se consuma em uma sociedade, podemos convencionalmente entender que a revolução industrial terminou, e, com isso, a própria revolução capitalista pode ser considerada “completa”.

As revoluções industriais foram sempre realizadas no quadro do desenvolvimentismo, ou seja, de uma intervenção moderada do Estado na economia apoiada em uma coalizão de classes nacionalista. A revolução industrial aumentou a riqueza e o poder militar dos primeiros países a realizá-las, os quais imediatamente passam a reduzir à condição de colônia os povos da Ásia e da África. Denomino esses estados-nação, Inglaterra, França, Bélgica e Holanda, países centrais de desenvolvimento *original*. Eles não puderam fazer a mesma coisa com os povos da América Latina porque estes haviam se libertado da Espanha ou de Portugal no momento em que os países centrais realizavam suas revoluções industriais. O segundo ciclo é o das revoluções industriais centrais *retardatárias*. São os países centrais como a Alemanha, a Itália e a Suécia, que não foram submetidos ao colonialismo mercantil, mais as ex-colônias inglesas nas quais a população indígena foi eliminada e se construíram sociedades semelhantes à Inglesa. O atraso da Alemanha e da Itália se deveu a terem eles demorado em se unificar formando seu estado-nação. Alexander Gerschenkron (1962) denominou desenvolvimento “atrasado” e detectou nele um grau maior intervenção do Estado, porque esses países já tinham a necessidade de enfrentar o imperialismo industrial da Inglaterra e da França que buscava “chutar sua escada”, ou seja, impedi-los de se industrializar usando como argumento o liberalismo econômico.²

O terceiro ciclo de revoluções industriais é o do Leste da Ásia – o das revoluções industriais periféricas *independentes*. O primeiro país a realizar sua revolução industrial, a partir da Restauração Meiji (1876) é o Japão. A motivação é industrializar-se para enfrentar o imperialismo europeu. A estratégia é copiar a tecnologia e, em um segundo momento, as instituições do Ocidente. A industrialização é integralmente realizada pelo Estado, mas uma vez completada ela

(o Japão, entre 1908 e 1910) o governo, fiel ao princípio de também copiar as instituições, promove a privatização das empresas. No após Segunda Guerra Mundial, Coreia do Sul, Taiwan, Singapura, e a China seguem os passos do Japão. São países de desenvolvimento periférico independente ou autônomo, que adotaram uma estratégia nacional desenvolvimento baseada em preços macroeconômicos certos e em política industrial. Os trabalhos de Chalmers Johnson (1982) sobre o Japão, de Alice Amsden (1989) sobre a Coreia do Sul, e de Robert Wade (1990) sobre Taiwan são os trabalhos clássicos deste modelo de desenvolvimento, mas não deram a devida importância ao fato desses países terem sempre mantido suas contas macroeconômicas (fiscal e externa) equilibradas. Como são países sem commodities para exportar, sua estratégia foi exportar manufaturados com firme apoio do Estado.

O quarto ciclo é o das revoluções industriais periféricas nacional-dependentes, típicas dos principais países da América Latina. São países que haviam se desenvolvido como países exportadores de commodities e, a partir de 1930, aproveitam-se da crise do capitalismo central e do ambiente favorável ao desenvolvimentismo que então existia, para realizarem suas revoluções nacionais e industriais. Mas o fizeram não de maneira simplesmente independente, como aconteceu no Leste da Ásia, mas de maneira nacional-dependente, ou seja, de maneira contraditória e ambígua. A burguesia devia ser uma burguesia nacional, como foram as dos países centrais, mas nem sempre conseguiam sê-lo. Na medida em que foram independentes, formaram coalizões de classe desenvolvimentistas formadas por empresários industriais, burocracia pública, e trabalhadores urbanos e realizaram a revolução nacional ou burguesa. A estratégia foi a da industrialização por substituição de importações – o seja, o estabelecimento de elevadas tarifas de importação. Ao contrário dos asiáticos, que não estavam preocupados com as ideias econômicas dos países centrais (limitavam-se, sabiamente, a copiá-los), os governos e os economistas latino-americanos precisaram justificar a intervenção do Estado na economia e a estratégia de industrialização ou de mudança estrutural, usando para isto os argumento da *development economics* que eu prefiro denominar de teoria desenvolvimentista clássica: não apenas o antigo argumento da indústria infante, mas também os argumentos da oferta ilimitada de mão-de-obra, a deterioração dos termos de troca, as externalidades e o *big push*. Entre os economistas desenvolvimentistas clássicos temos Raúl Prebisch, Arthur Lewis, Celso Furtado, e Albert Hirschman.

Enquanto os países de desenvolvimento independente são hoje países ricos ou estão a caminho disto, os países de desenvolvimento nacional-dependente pararam em torno de 1980, quando o capitalismo central e sua principal agência, o Banco Mundial, abandonaram o desenvolvimentismo e se tornaram neoliberais. Pararam em torno de 1980 porque tentaram crescer com poupança externa e mergulharam em grave crise financeira – a Crise da Dívida Externa dos Anos 1980. A partir de 1990, adotaram também as reformas neoliberais, e continuam a crescer muito lentamente – a ficarem para trás. Três diferenças os distinguem dos países do Leste da Ásia: a dependência, o fato de não haverem dado a importância à educação desde a primeira hora, e o fato de terem que enfrentar a doença holandesa – uma desvantagem competitiva de países exportadores de commodities que não atingiu os países asiáticos. A maior dependência se explica, em parte, pelas origens europeias das elites latino-americanas, que as leva a se pensarem brancas e europeias.

Começa o desenvolvimento econômico

Celso Furtado (1961 cap.3) propôs que a ideia do desenvolvimento econômico se constituiu em dois momentos históricos e está intimamente relacionada com a forma de utilização do excedente econômico e o processo de racionalização que caracterizará o mundo moderno. Nas sociedades pré-capitalistas, o excedente econômico (o valor da produção que excede o consumo necessário) era empregado em guerras e na construção de castelos e templos. Em um primeiro momento, com a Revolução Comercial, a racionalidade, ou seja, a adoção dos meios mais adequados para se atingir o fim visado, a atividade econômica passa a ter um objetivo definido com clareza: o lucro. Em um segundo momento, com a Revolução Industrial, a racionalidade se expressa em um meio racional de alcançar: a acumulação de capital com incorporação de progresso técnico, que, devido à competição crescente, tornou-se condição de sobrevivência das empresas. Configurava-se, assim, pela primeira vez o processo histórico do desenvolvimento. E definia-se a estratégia principal para alcançá-lo: o investimento com inovação.

É, portanto, a partir da revolução industrial que as nações se constituem em estados-nação e passam a investir e a aumentar a produtividade, ocorrendo, assim, o desenvolvimento econômico. A partir da revolução industrial em cada país se forma um círculo virtuoso na medida que o reinvestimento dos lucros deixa de ser uma possibilidade, como era no caso do capitalismo mercantilista, para ser uma necessidade de sobrevivência. Porque agora a revolução capitalista está completa, e temos, pela primeira vez na história, uma economia de mercado – um sistema econômico coordenado não apenas pelo Estado, mas também por um mercado nacional. Porque agora as empresas devem competir nesse mercado em um quadro de permanente progresso técnico. Assim, para sobreviver, as empresas não têm alternativa senão continuar a investir, formando-se o círculo virtuoso do desenvolvimento. Os empresários investem e inovam; a burocracia pública complementa ao nível do Estado a coordenação econômica realizada no mercado; a crescente classe tecnoburocrática privada, que detém o conhecimento técnico, organizacional, e comunicativo, administra as empresas transformadas em organizações e conduz o desenvolvimento tecnológico e científico; os trabalhadores assalariados encarregam-se diretamente da produção. A tecnoburocracia pública e privada, além de ter um papel central no processo de organização da produção e na geração de ideias criativas que são tão importantes no mundo atual, contribui diretamente para os níveis crescentes de renda per capita na medida em que seus ordenados refletem seu alto e crescente valor adicionado per capita. O mesmo acontece, ainda que em menor grau, com os trabalhadores assalariados que, ao incorporarem crescente capital humano a sua força de trabalho, veem seus salários também crescerem.

O desenvolvimento econômico é, portanto, o fenômeno econômico e social que passa a ocorrer a partir da formação dos modernos estados-nação e da revolução industrial. É um processo de elevação dos padrões de vida ou de aumento do bem-estar material que passa a ocorrer *necessariamente* porque a acumulação de capital com incorporação de progresso técnico passa a ser condição de sobrevivência das empresas. Entretanto, esse processo histórico não é necessariamente acompanhado por diminuição da desigualdade, nem é sempre compatível com a proteção da natureza. Não é, portanto, um processo de desenvolvimento humano ou progresso – o processo histórico de alcance dos cinco objetivos políticos que as sociedades modernas definiram para si próprias: segurança, liberdade individual, desenvolvimento econômico, justiça social, e proteção do ambiente. Entre esses cinco

objetivos há mais correlações positivas do que conflitos. O desenvolvimento econômico é um meio para o alcance dos outros objetivos inclusive o de proteção do ambiente.

A partir do momento em que a revolução capitalista torna o desenvolvimento econômico autossustentado a apropriação do excedente deixa de ser realizada principalmente através do controle direto do Estado e da violência para se realizar no mercado através da realização do lucro. Nesse momento, de acordo com Marx, a sociedade passa a ser caracterizada pelo modo “especificamente capitalista”, no qual a apropriação do excedente se realiza principalmente através da mais valia “relativa”, originária da acumulação de capital com incorporação necessária de progresso técnico.

No capitalismo século XX, democrático, tecnoburocrático e capitalista, quanto mais a nação se revelou coesa e solidária quando se trata de competir internacionalmente, e quanto melhor se valeu da regulação do Estado para adotar políticas desenvolvimentistas, e quanto mais soube manter livres os mercados quando eles são realmente competitivos, mais elas se desenvolveram. Quando uma economia está em pleno processo de crescimento é sinal de que provavelmente existe uma nação forte e que uma estratégia nacional de desenvolvimento está em curso; é sinal que seu governo, seus empresários, técnicos e trabalhadores estão trabalhando de forma consertada com as demais nações na competição econômica. Quando uma economia começa a crescer muito lentamente, senão a estagnar, é sinal de que sua nação perdeu coesão e sua solidariedade se esgarçou, que o compartilhamento de um destino comum, que é o que caracteriza uma nação, já não está mais claro. Se a nação não está mais sendo capaz de se autodefinir e estabelecer seus objetivos, se perdeu sua identidade, o Estado e suas instituições estarão também desorientados, e não existirá mais uma estratégia nacional de desenvolvimento.

Através de um demorado processo de institucionalização política e econômica que é o da formação do estado moderno e do mercado moderno, empresários e burocratas eleitos (políticos profissionais) e não eleitos do Estado (servidores públicos) são os dois grupos sociais chave no processo da definição de estratégias nacionais de desenvolvimento. Associados em diversos graus aos trabalhadores e à baixa classe média de empregados, eles adotam uma combinação contraditória de nacionalismo e liberalismo como ideologias e o desenvolvimentismo como estratégia de desenvolvimento econômico, e enfrentam seus adversários políticos: a velha aristocracia rentista e conservadora, a nova classe de capitalistas rentistas, neoliberal, e os financistas a serviço dos rentistas. Mas, como os conflitos internos às classes dominantes são sempre relativos, e as coalizões nacionais, sempre incompletas, o conflito de classes e a divisão política da sociedade ocorre também em termos de direita e de esquerda.

O círculo virtuoso do desenvolvimento econômico é suficiente para manter o crescimento, não para a realização do alcance. Para isto a sociedade precisa se organizar como nação portadora de objetivos e um projeto nacional de desenvolvimento. Uma nação é uma sociedade razoavelmente coesa, porque, apesar da luta de classes, é capaz de se unir para competir com os demais estados-nação. O neoliberalismo, que se tornou a ideologia dominante no mundo desde aproximadamente 1980, prega a desorganização das nações e submissão a um “sistema global” dominado pelos países ricos. As consequências em termos de baixo crescimento, alta instabilidade, e aumento da desigualdade atingem não apenas os

países em desenvolvimento mais também os próprios países ricos. O capitalismo, desde a crise financeira global de 2008, entrou em crise econômica, e desde a eleição de Ronald Trump nos EUA e o referendo do Brexit, em 2016, é um capitalismo em crise que reflete a tomada de consciência da ascensão da China e a inconformidade dos EUA com a perspectiva de perder a competição pela liderança mundial.

Referências

- Arrighi, Giovanni (1994 [1996]) *O Longo Século XX*, São Paulo: Editora da UNESP. Edição original, 1994.
- Balakrishnan, Gopal, org. (2000) *Um Mapa da Questão Nacional*, Rio de Janeiro: Editora Contraponto.
- Gellner, Ernest ([1993] 2000) “O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe”. In G. Balakrishnan e B. Anderson, orgs. (2000): 107-134.
- Landes, David S. (1999) *The Wealth and Poverty of Nations*, New York: W. W. Norton.
- Marx, Karl (1875 [1961] "Critique of the Gotha Program," in T.B. Bottomore and Maximilian Rubel, *Selected Writing in Sociology and Social Philosophy*. London, Watts & Co., 1961. Escrito em 1875, e publicado pela primeira vez por Friedrich Engels no *Neue Zeit*, 1891.
- Rostow, Walt W. (1960) *The Stages of Economic Growth, Cambridge*: Cambridge University Press.
- Souza Santos, Boaventura (2004) “Può il diritto essere emancipatori? Una riflessione teorica”, *Democrazia y Diritto* 42(1) 2004: 25-55.
- Tilly, Charles (1975) The three papers in Charles Tilly, org. (1975) *The Formation of National States in Western Europe, Princeton*: Princeton University Press: “Reflections...”(3-83), “Food supply...” (380-455), and “Western state-making...” (601-638).
- Valery, Paul (1938 [1984]) *Les Principes d’An-archie Pure et Appliquée, Paris*: Gallimard. Textos escritos entre 1936 e 1938.
- Wallerstein, Immanuel (1980) *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*, London: Academic Press.

¹ Boaventura de Souza Santos (2004).

² A expressão “chutar a escada” foi usada originalmente por Friedrich List (1946) para descrever o comportamento da Inglaterra que procurava convencer os alemães a não se industrializarem usando os argumentos da economia clássica liberal. Este argumento foi retomado com grande competência e propriedade por Há-Joon Chang (2002) para descrever o comportamento atual dos países ricos em relação aos países em desenvolvimento.